



ANTI-HISTORY E A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS

ANTI-HISTORY AND MANAGEMENT RESEARCH: PRELIMINARY REFLECTIONS

Recebido em 23.02.2018. Aprovado em 29.04.2018
Avaliado pelo sistema *double blind review*

Renata Guimarães Quelha-de-Sá

renataquelha@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC-Rio) – Rio de Janeiro - RJ

Alessandra de Sá Mello da Costa

alessandra.costa@iag.puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC-Rio) – Rio de Janeiro - RJ

46

Resumo

O presente trabalho busca iniciar uma reflexão sobre a teórico-metodologia *ANTI-History* enquanto método histórico para pesquisas na área de Administração. Esta abordagem apresenta argumentos para romper com conceitos estáticos de passado e história, conferindo um caráter mais fluido, mutável e relacional à produção de conhecimento sobre fenômenos ocorridos em tempos anteriores ao presente. Ao considerar que não existe uma única e verdadeira narrativa e que, portanto, a História é múltipla, a *ANTI-History* se propõe a contar uma das versões possíveis a partir das associações e movimentações realizadas pelos atores identificados no quadro de análise do fenômeno (DUREPOS, 2009; DUREPOS e MILLS, 2017). O artigo também apresenta os principais fundamentos e princípios da Teoria Ator-Rede, um dos aportes adotados para a elaboração da *ANTI-History*, de modo a contribuir para uma melhor compreensão de seu potencial ontológico, epistemológico e metodológico em Estudos Organizacionais. A partir da premissa de que todo conhecimento sobre o passado é coletivo, parcial e distribuído através de uma rede de conexões de elementos heterogêneos (DUREPOS, 2009), a construção do conhecimento *per se* ocorre através de movimentações sócio-políticas de negociação, atração de interesses e translação de atores-rede. Portanto, pode-se argumentar que o conhecimento é sempre parcial, situado e posicionado, sendo influenciado pelas circunstâncias e contexto em que é constituído. Embora considerada um aporte interessante e com potencial de contribuição para as pesquisas na área, há poucos trabalhos teóricos ou empíricos desenvolvidos com base na *ANTI-History*, o que indica um espaço ainda pouco explorado com oportunidades para estudos futuros na academia brasileira.

Palavras-chaves: Pesquisa histórica em Administração; *ANTI-History*; Teoria Ator-Rede (TAR); Virada Histórica.

Abstract

The present work seeks to discuss the theoretical-methodology *ANTI-History* as a historical method for research in Administration. This approach presents arguments to break with static concepts of past and history, giving a more fluid, volatile and relational character to the production of knowledge about phenomena occurred in the past. In considering that there is not an absolute nor single true narrative and that, therefore, history is multiple, *ANTI-History* proposes to tell one of the possible versions that emerges from the associations and movements carried out by the actors identified in the analysis (DUREPOS, 2009; DUREPOS and MILLS, 2017). The article also presents the main assumptions and principles of the Actor-

Network Theory, one of the theoretical approaches adopted for the elaboration of ANTi-History, in order to contribute to a better understanding of its ontological, epistemological and methodological potential in Organizational Studies. Based on the premise that all knowledge about the past is collective, partial and distributed through a network of connections of heterogeneous elements (DUREPOS, 2009), the construction of knowledge per se occurs through socio-political movements of negotiation, attraction of interests and translation of actors-network. Therefore, it can be argued that knowledge is always partial, situated and positioned, being influenced by the circumstances and context in which it is constituted. Although considered an interesting approach with a potential contribution to research in the area, there are few theoretical or empirical studies developed based on ANTi-History, which indicates a space still little explored with opportunities for future studies in the Brazilian academy.

Keywords: Historical research in Management; ANTi-History; Actor-Network Theory (ANT); Historic Turn.

Introdução

A profícua aproximação entre Administração e História

A área de Administração vem abrindo, pouco a pouco, cada vez mais espaço para pesquisas qualitativas baseadas em procedimentos metodológicos interpretativos de outras áreas do conhecimento, como a sociologia (SERVA e ANDION, 2006), a pragmática da linguagem (MATTOS, 2003; OLIVEIRA e BULGACOV, 2013) ou com a psicologia (ANDRADE, TOLFO e DELLAGNELO, 2012; COSTA, SANTOS e AGUIAR, 2015). Esse é o caso das pesquisas que envolvem a utilização do método histórico em seus processos de coleta e análise de dados (KIPPING et al., 2014; YATES, 2014; ROWLINSON, HASSARD e DECKER, 2014).

O método histórico, entretanto, não se configura como algo unívoco e fácil de ser circunscrito. Pelo contrário, as opções ontológicas, epistemológicas e teóricas do pesquisador direcionam o método histórico para diferentes encaminhamentos (COSTA, BARROS e MARTINS, 2010). É neste sentido que pensar o método histórico implica, necessariamente, se pensar com que história estamos lidando. Os recortes podem ser temporais (periodizações tais como pré-história, história, idade antiga, idade média, idade moderna e contemporaneidade); espaciais (história continental, nacional ou regional); ou recortes temáticos. Os recortes temáticos, por exemplo, expressam bem a diversidade de abordagens que o método histórico pode contemplar, tais como: história política, história dos eventos, história das instituições, história dos sistemas políticos, história do direito, história militar, história econômica, história social, história do movimento operário, história dos movimentos sociais, história do trabalho, história rural, história da Igreja, história das religiões, história da arte, história das ideias, história da ciência e da tecnologia, micro-história, história da vida cotidiana, história da mulher, história da sexualidade, história cultural, cliometria, história empresarial (ou história dos negócios), história do tempo presente e ou a história ambiental (BURKE, 1992).

Cabe ressaltar, entretanto, que o potencial de contribuição das pesquisas históricas provém exatamente das suas várias possibilidades de apropriação e de uso do método histórico. Assim, de forma multifacetada, a aproximação entre as áreas de Administração e de História contribui para uma compreensão mais profunda acerca dos fenômenos administrativos e para a formação de pesquisadores mais conscientes do contexto de ocorrência dos fenômenos circunscritos em suas pesquisas (COSTA, BARROS E MATTOS, 2010).

Na área de Estudos Organizacionais, um bom exemplo de abordagem que faz uso do método histórico em seu arcabouço epistemo-metodológico é a *ANTI-History* (DUREPOS, 2009; DUREPOS e MILLS, 2011; DUREPOS e MILLS, 2017).

E, embora considerada um aporte interessante e com potencial de contribuição para os Estudos Organizacionais, ainda há poucos trabalhos teóricos ou empíricos desenvolvidos com base neste aporte teórico, o que indica um espaço ainda pouco explorado com oportunidades para estudos futuros no meio acadêmico brasileiro.

Origem da *ANTI-History*

Elaborada por Gabrielle Durepos e Albert Mills em 2009, a *ANTI-History* foi desenvolvida adotando conceitos e princípios de três aportes teóricos: (i) Teoria Ator-Rede (TAR ou *Actor-Network Theory – ANT* em inglês), (ii) Sociologia do Conhecimento (*SoK*) e (iii) Historiografia definida como uma abordagem alternativa à historiografia *mainstream*, que pode ser empregada para entender a constituição do *socio-past* de qualquer ator-rede (DUREPOS, 2009).

Duas das motivações apontadas por Durepos (2009) para o desenvolvimento da *ANTI-History* foram: (a) a potencial contribuição vislumbrada pelo movimento em prol de uma Virada Histórica (*“historic turn”*) nos Estudos Organizacionais e (b) o endereçamento do *gap* identificado na Teoria Ator-Rede sobre história e passado. Em relação ao primeiro ponto, Clark e Rowlinson (2004) argumentam que a área de Estudos Organizacionais (no final dos anos 1990 e início dos anos 2000) acompanhou outras áreas do conhecimento em um movimento de transformação com a retomada da história em suas pesquisas - virada histórica.

Segundo os preceitos da Virada Histórica, as organizações são constituídas a partir de acontecimentos anteriores, ou seja, são o produto de seu passado e moldadas segundo ele. Assume-se, assim, que aspectos culturais diferentes em diferentes momentos históricos possuem diferentes interpretações e significados, o que exige do pesquisador a utilização da história para explicar o fenômeno estudado.

Uma das características deste movimento foi um maior encaminhamento para debates historiográficos e teorias da história mais interpretativas e que reconhecem a ambiguidade inerente do próprio termo história. Tal visão permite ao pesquisador investigar fenômenos e compreender as condições atuais das organizações, dos atores envolvidos e do contexto em que estão inseridos de forma mais abrangente, o que pressupõe uma reflexão mais crítica e ética de acordo com Booth e Rowlinson (2006). Estes autores argumentam que uma postura mais conscientizada da história ("*historical awareness*") é frequentemente associada a um caráter mais crítico, alinhando o pesquisador com os princípios do CMS (*Critical Management Studies*) e reforçando a reflexão acerca da constituição e ocorrência de fenômenos sociais. Os autores afirmam que a Virada Histórica problematiza e critica a abordagem "universalista" – teorias são aplicáveis a fenômenos em qualquer sociedade e em qualquer tempo - e "presencialista" – não há contextualização ou precedentes históricos considerados para a análise - das teorias organizacionais nas Ciências Sociais. Para eles, "a busca de leis abstratas e gerais" acaba por "isolar e separar as ciências sociais da história" (BOOTH e ROWLINSON, 2006, p.6).

No que diz respeito ao segundo ponto, a TAR possibilita que a organização seja abordada como um processo inacabado, instável e em constante transformação (TURETA e ALCADIPANI, 2009) e não como uma entidade delimitada, pronta e representável (CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013b), cujas práticas organizativas são resultantes de redes de relações heterogêneas que transcendem os dualismos considerados em abordagens anteriores. Em outras palavras, a organização passa a ser vista como uma realização, como o resultado ou o efeito de uma rede de elementos heterogêneos, cabendo ao pesquisador investigar as relações entre atores que constituem as práticas organizativas (TURETA, 2011).

Em contraste à Teoria Ator-Rede, o foco da *ANTI-History* não é direcionado ao estudo de fenômenos no tempo presente, mas sim a compreender a constituição presente a partir de uma condição passada. Segundo Durepos e Mills (2011), apesar dos criadores da Teoria Ator-Rede reconhecerem que os elementos que compõem a sociedade têm raízes no passado e mencionarem com certa regularidade conceitos como "passado" e "história" em seus estudos, seu emprego é feito de forma desproblematizada e não-reflexiva - *gap* identificado por Durepos (2009) e endereçado com a elaboração da *ANTI-History* em sua tese de doutorado sob orientação de Albert J. Mills. Assim, a *ANTI-History* apresenta argumentos para romper com conceitos estáticos de passado e história, conferindo um caráter mais fluido, mutável e relacional à produção de conhecimento sobre o passado. Ao considerar que não existe uma única e verdadeira maneira de conhecer o passado e que, portanto, a História é múltipla, a *ANTI-History* se propõe a contar uma das versões possíveis a partir das associações e movimentações realizadas pelos atores identificados no quadro de análise do fenômeno (DUREPOS, 2009; DUREPOS e MILLS, 2017).

Como desdobramento, a *ANTI-History* reforça seu caráter reflexivo ao investigar tais conexões, possibilitando ao pesquisador levantar questionamentos a respeito da constituição de determinada versão, quais vozes foram silenciadas ou representadas e quais entidades foram beneficiadas a partir deste conhecimento histórico (BOOTH e ROWLINSON, 2006). Ou seja, as características e atributos de uma história são resultantes da configuração do ator-rede do qual ela emerge, constituindo e sendo constituída por ele, não existindo de forma isolada. Cabe ao pesquisador, portanto, apresentar uma visão interpretativa - sua leitura - com base nas associações observadas, assumindo o papel de um dos atores participantes do fenômeno analisado. Por considerar a pluralidade de histórias resultantes de processos de (re)constituição e (re)ordenação de atores, *ANTI-History* não é – portanto - simplesmente uma abordagem que retrate o passado, mas sim uma maneira de revelar histórias – e leituras – alternativas que possibilitem a emergência de vozes escondidas, marginalizadas ou suprimidas (MILLS e DUREPOS, 2010; DUREPOS e MILLS, 2011).

Os tópicos a seguir apresentam os principais conceitos e fundamentos da Teoria Ator-Rede de modo a

estabelecer o embasamento necessário para a discussão da teórico-metodologia *ANTI-History*, suas possibilidades e alternativas para os Estudos Organizacionais.

Introdução à Teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede, também conhecida como “sociologia da translação” (CZARNIAWSKA, 2009; CALLON, 1999; LAW, 1992) ou “semiótica da materialidade” (LAW, 1999), é uma teórico-metodologia pós-moderna e relacional que defende uma abordagem na qual humanos e não-humanos, fatores sociais, políticos, econômicos e técnicos sejam tratados no mesmo plano analítico (HASSARD, LAW e LEE, 1999), representando uma alternativa epistemológica para entendimento de fenômenos organizacionais

Desenvolvida por Bruno Latour, Michel Callon e John Law, a TAR não representa uma simples reflexão sobre o social, mas sim uma proposta de análise das associações e conexões estabelecidas entre elementos – humanos e não-humanos - que constroem o social (LATOURE, 1999, LATOURE, 2005; LAW, 1997a; LAW, 1997b; CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013a; CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013b; ALCADIPANI e HASSARD, 2010; DUREPOS, 2009; DUREPOS e MILLS, 2011). Os autores defendem o resgate da materialidade do papel secundário a que ficou relegada nas Ciências Sociais, cuja possibilidade de ação esteve atrelada exclusivamente à interpretação humana (TURETA e ALCADIPANI, 2009) ou como afirma Latour (2005, p.73) “um humilde servo que vive às margens do social ainda que execute a maior parte do trabalho”. Law (1992) reforça este argumento e afirma que a maior parte das interações entre indivíduos é intermediada por objetos – de forma central ou periférica - e que, não considerar as associações e encadeamentos de elementos heterogêneos, pode incorrer em certo reducionismo e simplificação do fenômeno a ser investigado.

A realidade relacional e o combate aos dualismos: caráter pós-moderno

As perspectivas pós-humanistas se contrapõem às dicotomias características da modernidade que separavam pessoas e objetos para a investigação de fenômenos sociais e consideravam o indivíduo como foco da análise e única fonte de conhecimento (TURETA, 2011). Busca-se, portanto, “um caminho para suprimir as divisões essencialistas e posições fixas” (TURETA e ALCADIPANI, 2009).

De acordo com Duarte e Alcadipani (2016), as ideias pós-modernas e pós-estruturalistas possibilitaram um novo olhar nos Estudos Organizacionais ao desafiar o conceito reificado e naturalizado de organizações como entidades fixas, sólidas e delimitadas. Ao confrontar o privilégio concedido historicamente aos estados discretos, permanentes, estruturados e estáveis nas análises sociais - uma das características da modernidade -, os estudiosos pós-modernos redirecionaram o foco para os processos de (re)arranjos transitórios e instáveis, mudando o conceito anteriormente atribuído à mudança como algo disfuncional e acidental dentro das organizações. Em outras palavras, a transitoriedade e a mudança passam a ser reconhecidas como atributos inerentes das organizações.

Segundo os pressupostos da TAR, a realidade é relacional, não está “lá fora” de forma independente, mas sim como resultado de interações, ordenações e articulações de elementos distintos que configuram um estado em contínua construção e transformação (DUARTE e ALCADIPANI, 2016). Portanto, sociedade, organizações, conhecimento, instituições sociais, agentes e máquinas são gerados por redes de materiais de natureza distinta - humanos e não-humano -, sendo considerados produtos de uma rede de elementos heterogêneos, cujas características são determinadas de acordo com o processo de organização e ordenação dos mesmos (LAW, 1992; LAW, 1999).

Dessa forma, não há uma ordem pré-estabelecida e estanque, mas sim um constante processo de criação, adaptação, ordenação e estabilização dessas redes heterogêneas (LAW, 1994; CALLON, 1999; LATOURE, 2005; LAW, 1992; ALCADIPANI e HASSARD, 2010), o que confere um caráter dinâmico para as organizações, que passam a ser reconhecidas como “entidades contínuas e incompletas, precárias e parciais” (ALCADIPANI e TURETA, 2009a, p.409). Ao defender que a ordem é o efeito de uma estabilização parcial e temporária de elementos constituintes da rede resultante de um processo de ordenação (LAW, 1994; LAW, 1999; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2004), a TAR direciona o foco para o entendimento das

complexas e dinâmicas associações entre esses elementos.

TAR: ontologicamente relativista e empiricamente realista

De acordo com Tureta e Alcadipani (2009, p.57), “um dos pressupostos fundamentais da TAR é o de que não há qualquer tipo de definição rígida que possa ser aplicada em todas as situações”. Callon (1999) argumenta que, ainda que seja muito criticado, esse aspecto é uma das maiores forças da TAR, pois permite um maior número de possibilidades de ações e configurações que conferem identidade e características aos atores envolvidos para a explicação do fenômeno (TONELLI, 2016).

Devido ao caráter ontologicamente relativista, a TAR não defende a adoção de padrões de análise ou a formulação de hipóteses prévias ao estudo, tampouco a definição do que deve ser observado (LEE e HASSARD, 1999; TURETA, 2011; TONELLI, 2016; CALLON, 1999; LATOUR, 2005; HASSARD, LAW e LEE, 1999, ALCADIPANI e HASSARD, 2010; CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013b; ALCADIPANI e TURETA, 2009a). Pelo contrário, a TAR defende que o ponto de partida deve ser a observação das interações e associações feitas pelos elementos identificados no campo, sem imposição de conceitos prévios pelo pesquisador (LAW, 1992).

Para essa abordagem, interessa compreender como as entidades são construídas por meio de múltiplos processos materialmente heterogêneos. A análise é feita a partir das associações, da ordenação de elementos heterogêneos observados pelo pesquisador, que aprende com os atores envolvidos. Não são adotados modelos do tipo “*one fits-all*” definidos *a priori* (TURETA e ALCADIPANI, 2009), mas sim seguindo os atores e suas práticas à medida que as relações sejam desenvolvidas. Ou seja, os fenômenos somente podem ser entendidos se estudados sob uma ótica relacional (DUREPOS, 2009).

Para Latour (1999, p.19), a TAR pode ser considerada como “outra maneira de ser fiel aos *insights* da etnometologia”, deslocando o pesquisador da posição de “legislador” para a de “aprendiz” ao assumir que “os atores sabem o que estão fazendo e nós precisamos aprender com eles não somente o que eles fazem, mas como e por que o fazem”. O autor defende que seguir os atores envolvidos e suas redes de relações e observar como eles constroem e explicam seu próprio espaço é mais produtivo para o pesquisador do que impor previamente definições que busquem explicar as construções dos atores, o que confere o caráter empiricamente realista da TAR (TURETA, 2011).

Princípios da Teoria Ator-Rede: Simetria e Translação

A Teoria Ator-Rede defende a simetria entre elementos humanos e não-humanos – sua equivalência ontológica no plano analítico - e expande o conceito do social ao reconhecer as relações e movimentos entre elementos heterogêneos (LAW, 1992; CALLON, 1999; ALCADIPANI e HASSARD, 2010; ALCADIPANI e TURETA, 2009a; ALCADIPANI e TURETA, 2009b). De acordo com os princípios da Teoria Ator-Rede, atribuir agência a elementos não-humanos não significa conferir autonomia aos mesmos, mas sim reconhecer que não só humanos têm capacidade de alterar o curso de ação de outros elementos relacionados no fenômeno em estudo. Portanto, não há privilégio ou exclusividade de agência para indivíduos, considerando que as ações não ocorrem de forma isolada, mas sim através de mobilizações de elementos de diferentes naturezas (TURETA, 2011).

Tureta e Alcadipani (2009) reforçam a diferença fundamental da TAR ao afirmar que, no plano analítico, elementos não-humanos são tão capazes de modificar o contexto em que estão inseridos quanto elementos humanos, o que retira a primazia dos últimos sobre os primeiros. Latour (2005) esclarece que a definição de ação, segundo a TAR, não se restringe somente ao que é intencional, mas sim à capacidade de um determinado agente para alterar a situação em que está inserido. Com base nesse princípio, elementos não-humanos podem ser considerados como atores, pois apresentam capacidade de ação e passam a ser tratados de forma equivalente e com igual importância na Teoria Ator-Rede (TURETA e ALCADIPANI, 2009), segundo o princípio de simetria.

Além disso, segundo a abordagem, atores não possuem características e atributos isoladamente, mas

dentro de conjuntos de relações estabelecidas, o que corrobora a importância de se analisar as conexões em um determinado fenômeno. Na Teoria Ator-Rede, a classificação entre sujeito e objeto é menos importante do que as associações feitas por esses elementos. Em outras palavras, a principal preocupação da TAR é em como esses arranjos ocorrem e quais são seus modos de organização (CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013b).

O segundo princípio – Translação (movimentações para formação de atores-rede), trata-se de um conceito-chave da Teoria Ator-Rede - tão importante a ponto de torná-la conhecida como “sociologia da translação” (CZARNIAWSKA, 2009; CALLON, 1999; LAW, 1992) – e que enfatiza a continuidade de deslocamentos e transformações entre os atores, com os consequentes ajustes e negociações que os acompanham durante o processo. Em outras palavras, cabe aos processos de translação estabelecer associações, sejam elas fortes ou frágeis, entre elementos heterogêneos, ordenando-os de determinada maneira em função dos objetivos almejados e do nível de cooperação negociado, o que resulta em uma realidade distinta a cada nova configuração.

Através da translação e do alinhamento sistemático dos atores, redes são formadas, criando, reproduzindo ou alterando as configurações sociais (DUREPOS e MILLS, 2011). Ou seja, o princípio de translação trata do “[...] trabalho por meio do qual os atores modificam, deslocam, e transladam seus interesses diversos e contraditórios” (LATOURETTE, 1999, p. 20).

É considerado uma das principais ferramentas epistemológicas da Teoria Ator-Rede, pois engloba o trabalho realizado pelos atores durante o processo de modificação e deslocamento dos seus interesses contraditórios para o estabelecimento de uma rede-de-atores (ALCADIPANI e TURETA, 2009a). Segundo Callon (1999, p.68), a translação é o mecanismo pelo qual “a identidade dos atores de uma rede, a possibilidade de interação e as áreas de manobra são negociadas e delimitadas”.

Fundamentalmente, este conceito destaca a impossibilidade de que qualquer coisa permaneça imutável ao ser movida de um lugar para outro, além de evocar a materialidade necessária para que tal movimento ocorra (CZARNIAWSKA, 2009). Callon (1999) argumenta que, caso a translação seja bem-sucedida, somente vozes em uníssono serão ouvidas, pois o resultado será um todo coeso - ou um ator-rede -, cujo caráter contingencial lembra a todos que tais conexões são precárias e instáveis, não adquirindo uma estabilidade como resultado de tais associações.

Fundamentos da ANTi-History

A ANTi-History, assim como a Teoria Ator-Rede, renuncia categorizações impostas pelo pensamento moderno, contesta dualismos e reducionismos e adota uma abordagem relacional para o estudo dos fenômenos. Não há uma verdade absoluta e universal, não há inícios e fins, mas um processo contínuo de tornar-se (“*becoming*”). Assume-se, portanto, que as maneiras de entendimento do social são sempre parciais à medida que são construídas a partir do quadro de referência de uma entidade ou ator-rede (DUREPOS, 2009).

O próprio termo “ANTi-History” evidencia algumas premissas adotadas por esta teórico-metodologia ao fazer uma relação entre a sigla ANT (*Actor Network-Theory*) e o prefixo “anti” indicativo de oposição. Dessa forma, é considerada uma abordagem “anti-história” por: (1) assumir-se como uma historiografia alternativa ao *mainstream* e defender que a história é socialmente construída, refutando o entendimento de que histórias do passado sejam pré-ordenadas e permaneçam imutáveis aguardando somente uma futura descoberta; (2) questionar as limitações impostas pela visão positivista e fixa da História tradicional e o conceito de social unicamente formado por indivíduos; (3) ser “anti-história”, mas “pró-histórias”, reforçando a multiplicidade de versões possíveis e, por fim, (4) defender a construção da história a partir das relações entre elementos heterogêneos, humanos e não-humanos, sem privilegiar *a priori* o papel das pessoas na explicação do fenômeno (DUREPOS, 2009).

A realidade é socialmente construída e é resultante de associações entre redes de elementos heterogêneos. Dessa maneira, realidade, organizações, conhecimento, máquinas, agentes e o próprio social, para citar

alguns exemplos, são instáveis e encontram-se em processo contínuo de mudança através da (re)configuração e (re)constituição de suas conexões que conferem características e configurações distintas a cada (re) organização. Nada é dado *a priori*. Nada é certo ou constante ao longo do tempo (LAW, 1992; LAW, 1999).

Dessa forma, considerando-se que para a Teoria Ator-Rede o conhecimento é produto da ordenação de elementos humanos e não-humanos, a criação do conhecimento sobre o passado - ou seja, a história -, também é resultante da ordenação de atores-rede em um processo dinâmico e não definido *a priori* (DUREPOS e MILLS, 2011, DUREPOS, 2009). Em outras palavras, histórias são *black boxes* (ou *punctuated actors*) cujas associações, negociações, manobras e configurações que resultaram em sua existência tornaram-se invisíveis para as demais entidades. O resultado é que somente as entradas e saídas de um *black box* são notadas, pois o extremo alinhamento entre seus atores-rede constituintes garante uma simplificação e a escuta de uma só voz em uníssono (CALLON e LATOUR, 1981; DUREPOS, 2009, DUREPOS e MILLS, 2011).

Por seu caráter empiricamente realista e ontologicamente relativista, compartilhado da Teoria Ator-Rede, não há prescrição de associações antes da análise ser conduzida e a investigação do fenômeno deve ser realizada através da observação dos movimentos e associações executados pelos atores. Durepos e Mills (2011) ressaltam que os atores-rede não possuem enredo ou argumento antes de suas movimentações e conexões sócio-políticas, mas sim a partir da execução das mesmas em função de um determinado propósito.

Ainda que refute o conceito de história como uma representação estática do passado, cabe ressaltar que a *ANTI-History* não nega ou contesta eventos ou fenômenos ocorridos no passado, mas sim refuta a ideia de que esse “passado” seja entendido como algo consumado, estável e imutável dentro de uma concepção realista positivista (DUREPOS e MILLS, 2017). Em outras palavras, o simples fato de já ter acontecido em algum momento “antes do tempo presente” não significa que a constituição do “passado” deva ser explicada através de uma única leitura com uma ordenação prescrita. Não há a leitura, mas sim múltiplas formas de leitura, de criação de conhecimento sobre esse passado. Múltiplas histórias.

Socio-past

O conceito de *socio-past* desenvolvido na *ANTI-History* reforça a diferença em relação ao “passado” naturalizado/*mainstream* e estável. Com base nos fundamentos da Teoria Ator-Rede - que defendem que as translações são responsáveis pelas associações entre atores e consequente configuração das redes heterogêneas que modelam a realidade e a sociedade com determinadas configurações (LATOUR, 2005) - Durepos e Mills (2011) argumentam que a constituição da sociedade em um tempo anterior ao presente (“*a time before now*”), ou como definiram “*socio-past*”, ocorre também através das associações e translações entre atores enquanto eles se dedicam a construir a história. A história - um ator-rede alinhado ou um *black box* - emerge e se constitui como produto desse processo de associações entre elementos.

Devido ao caráter precário e instável dos atores-rede formados – ainda que haja certo grau de alinhamento que simplifique sua constituição aos olhos das demais entidades e o torne um *black box* – há oscilações constantes entre o status de rede e de ator e um intercâmbio entre ambos, o que torna impossível analisar o fenômeno isolando o ator ou a rede (daí o oxímoro ator-rede criado por Latour, Law e Callon para reforçar essa característica). A história, como qualquer *black box*, não é dada e, segundo os fundamentos da *ANTI-History*, deve ser estudada com uma lente relacional e relativista, refutando análises de eventos ou personagens de forma isolada e absoluta.

Cabe ressaltar, o papel do pesquisador enquanto ator. Ou seja, é fundamental para esta teórico-metodologia que se reconheça o papel ativo e influenciador do pesquisador durante a investigação do fenômeno. Em outras palavras, a ordenação dos atores-rede constituintes do *socio-past* proposta pelo pesquisador resultará em uma versão da história e trará a sua leitura acerca do fenômeno. No entanto, Durepos (2009, p.198) resalta que apesar de importante e parte do processo, a voz do pesquisador não deve se sobrepor

às vozes dos demais atores. Argumento alinhado à visão de Latour (1999, p.19) sobre a Teoria Ator-Rede como “outra maneira de ser fiel aos *insights* da etnometologia”, que assume que a observação dos atores – que sabem o que estão fazendo – é mais produtiva na busca de explicações sobre o fenômeno em investigação do que a definição prévia de um modelo pelo pesquisador. Em outras palavras, o pesquisador deve estar vigilante ao seu papel de “aprendiz” e não de “legislador”.

A heterogeneidade dos atores: a importância da delegação material na criação de histórias **Fundamentos da ANTI-History**

Considerando que elementos humanos e não-humanos têm a mesma relevância no plano analítico segundo o princípio de simetria da Teoria Ator-Rede e ambos são dotados de agência, documentos históricos são um exemplo de delegação material e reforçam a inter-relação entre humanos e não-humanos na (re) constituição do *socio-past*.

Segundo Durepos (2009), um arquivo – incluindo as duas definições adotadas pela autora: (i) condição social ou conjuntos de regras informais associados a um local e período e (ii) espaço físico de ordenação e armazenamento de elementos - é considerado um centro de cálculo e um local de translação na *ANTI-History* (DUREPOS, 2009). Segundo Tureta (2011, p.72), “o centro de cálculo é o local, um laboratório ou organização, onde se podem reunir acontecimentos, lugares e pessoas que se pretende controlar para que ocorra a combinação das inscrições desses elementos e o controle possa ser exercido”. Considera-se, portanto, um arquivo como um centro de cálculo por ser um local onde documentos são reunidos e organizados, possibilitando ao pesquisador acesso a informação relevante para investigar determinado fenômeno, identificar os atores envolvidos e a constituição de um ator-rede.

Deve-se ressaltar que documentos são inscrições ou materializações de algo inteligível que deixam rastros após seus deslocamentos, permitindo o mapeamento da rede-de-atores (TURETA, 2011). Segundo Durepos e Mills (2011), inscrições são exemplos de delegações materiais - quando uma atividade ou conhecimento de um elemento humano é delegado a um elemento não-humano – e por seu caráter durável e portátil/móvel são capazes de agir à distância com menor esforço quando comparado a um elemento humano. Devido à capacidade de disseminar o conteúdo delegado sem alterações, os atores não-humanos delegados – como documentos, por exemplo – podem atrair, negociar e mobilizar demais atores, fortalecendo a configuração de determinado ator-rede e suas conexões com os demais. Portanto, quanto maior for a capacidade de ação à distância (pressupondo alinhamento entre seus elementos constituintes), maior será o poder e o controle exercidos por um ator-rede – uma história ou qualquer outro *black box*. Ao ser compartilhada, uma história se legitima e silencia versões alternativas podendo tornar-se a versão dominante de um fenômeno do *socio-past*.

Processos de translação e o surgimento de histórias oficiais

Considerando que as etapas do processo de translação sejam bem-sucedidas, um ator-rede é formado e, caso haja um alinhamento extremo entre seus elementos constituintes, há a formação de um *black box*, uma história resultante da interpretação do *socio-past*.

Segundo Durepos (2009), uma história é disseminada e legitimada à medida que é reconhecida como plausível e compartilhada pelo coletivo, reforçando sua própria versão sobre o passado. No entanto, dada a instabilidade inerente à configuração de um ator-rede – ainda que seus elementos estejam alinhados em um dado momento - pode-se afirmar que os processos de translação são contínuos e uma história somente é dominante por ser negociada por diversos atores e disseminada de forma recorrente. Tais negociações envolvem fatores políticos, culturais e sociais e ao não tornar transparentes as conexões e movimentações sócio-políticas dos atores que resultaram na configuração e constituição de um *black box* e a história associada à sua constituição, confere-se um caráter de neutralidade que, segundo os princípios da Teoria Ator-Rede História, não é possível.

Considerando-se que o conhecimento – do tempo passado (história) ou do presente - é produto de uma série de conexões estabelecidas por elementos heterogêneos e que os movimentos de translação envolvem

negociações e disputas de interesses por diferentes atores, o resultado necessariamente tem um caráter político e parcial. A própria formação de um ator-rede pressupõe o alinhamento dos atores – mesmo que temporário - em torno de um objetivo proposto por algum desses atores (ator central), negociado e aceito pelos demais. Portanto, não há *uma única* verdade, não há *uma única* história, mas múltiplas versões possíveis.

Dessa forma, quanto mais extensas e fortes forem as conexões constituintes de um *black box*, menor será sua instabilidade e maior será sua capacidade de legitimar-se como versão dominante, silenciando versões alternativas e tornando invisíveis as associações que culminaram em seu surgimento e constituição. O processo de translação de uma história – e do reforço de sua posição oficial e dominante - pode ocorrer de duas maneiras: (i) a história, como um ator, envolve e mobiliza outros atores como aliados, que passam a aceitar esta versão ou leitura como legítima e, por consequência, enfraquecendo versões alternativas e (ii) um ator-rede se utiliza de uma determinada história – ou interpretação do socio-past – e a mobiliza para fortalecer sua causa/objetivo e rede (DUREPOS, 2009; DUREPOS e MILLS, 2011).

Conclusões

Segundo Durepos (2009) um dos objetivos da *ANTI-History* é jogar luz nas potenciais interpretações plurais do social. A partir da premissa de que todo conhecimento sobre o passado é coletivo, parcial e distribuído através de uma rede de conexões de elementos heterogêneos (DUREPOS, 2009), a construção do conhecimento *per se* ocorre através de movimentações sócio-políticas de negociação, atração de interesses e translação de atores-rede.

Portanto, pode-se argumentar que o conhecimento é sempre parcial, situado e posicionado, sendo influenciado pelas circunstâncias e contexto em que é constituído. A determinação da validade e legitimidade de certo conhecimento do *socio-past* e as histórias que emergem a partir das movimentações de seus atores-rede é influenciada por fatores políticos e culturais. Algumas histórias são reconhecidas, legitimadas e reforçadas através de inscrições, tornando-se oficiais para aquela sociedade (ou pelo menos para a maioria desta), enquanto outras permanecem alternativas e subterrâneas.

Deve-se ressaltar, ainda, a importante aderência das propostas da *ANTI-History* com os posicionamentos da Nova História (BURKE, 1992; 1997) que tornou possível, na área de História, “a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas” (FALCON, 1997, p.75). Devido ao caráter emancipatório e simétrico da *ANTI-History* assume-se como premissa a pluralidade de histórias emergentes no *socio-past*, geradas através de distintas ordenações e movimentos de translação executados pelos atores-rede envolvidos no processo. Em outras palavras, as vozes oficiais não são privilegiadas ou alçadas ao posto de arautos da verdade segundo essa abordagem. O caráter crítico da *ANTI-History* reconhece outras possibilidades de ordenação dos atores envolvidos, portanto, novas interpretações e/ou distintas vozes sendo ouvidas de histórias – ou conhecimento do *socio-past*.

Por fim, embora considerada um aporte interessante e com potencial de contribuição para os Estudos Organizacionais, há poucos trabalhos teóricos ou empíricos desenvolvidos com base na *ANTI-History*, o que indica um espaço ainda pouco explorado com oportunidades para estudos futuros no meio acadêmico brasileiro.

Referências

- ALCADIPANI, R., HASSARD, J. Actor-Network Theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. **Organization**, v.17, n.4, p.419-435, 2010.
- ALCADIPANI, R., TURETA. C. (2009a). Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cad. EBAPE.BR**, v.7, n.3, artigo 2, p.406-418, Set./2009.
- ALCADIPANI, R., TURETA. C. (2009b). Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações e Sociedade**, v.16, n.51, p.647-664, Out./Dez. 2009.

AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Actor-Network Theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes inter-organizacionais? **Cad. EBAPE.BR**, v.2, n.2, p.1-14, Jul./2004.

ANDRADE, S.P.C., TOLFO, S.R., DELLAGNELO, E.H.L. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a Administração e a Psicologia. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v.16, n.2, p.200-216, Mar./Abr. 2012.

BOOTH, C., ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. **Management & Organizational History**, v.1, n.1, p.5-30, 2006.

BURKE, P. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo:Unesp, 1992.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay. In: BIAGIOLI, M. (Ed.). **The Science Studies Reader**. London: Routledge. 1999. p.67-83.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (Eds.). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an integration of micro and macro sociologies**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.p.277-303.

CAVALCANTI, M.F.R., ALCADIPANI, R. (2013a). A ANT vai a campo: Teoria Ator-Rede, crítica e a contribuição de John Law. In: **III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis/SC, Mar./2013.

CAVALCANTI, M.F.R., ALCADIPANI, R. (2013b). Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v.11, n.4, artigo 4, p.556-568, Dez./2013.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an “historic turn”? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331- 352, 2004.

COSTA, A.S.M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P.E.M. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.3, p.288-299, Jul./Set. 2010.

COSTA, C.S.R., SANTOS, J.G., AGUIAR, E.C. Sustentabilidade e o comportamento do turista: uma discussão à luz da psicologia ambiental. **Revista de Administração UFSM, Santa Maria**, v.8, p.35-49, Ago./2015.

CZARNIAWSKA, B. Emerging institutions: pyramids or anthills? **Organization Studies**, v.30, n.4, p.423-441, 2009.

DUARTE, M.F., ALCADIPANI, R. Contribuições do Organizar (Organizing) para os Estudos Organizacionais. **O&S - Organizações & Sociedade**, v.23, n.76, p.57-72, Jan./Mar. 2016

DUREPOS, G.A.T. **ANTi-History: Toward an Historiographical Approach to (Re)assembling Knowledge of the Past**, 2009. Tese (Doutorado em Filosofia). Saint Mary's University, Halifax, Nova Scotia, 2009.

DUREPOS, G.A.T., MILLS, A.J. Actor-Network Theory, ANTi-History and critical organizational historiography. **Organization**, v.19, n.6, p.703-721, 2011.

DUREPOS, G.A.T., MILLS, A.J. ANTi-History, relationalism and the historic turn in management and organization Studies. **Management and Organization Studies**, v.12, n.1, p.53-67, 2017.

FALCON, F. J. C. História e poder. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

HASSARD, J., LAW, J., LEE, N. Preface: Actor-Network Theory. **Organization**, v.6, n.3, p.387-390, 1999.

LATOUR, B. "What's the story?" Organizing as a mode of existence. In Passoth, Jan-H.; Birgit Peuker and Michael Schillmeier. **Agency without Actors? New Approaches to Collective Action**. London: Routledge, 2011.

LATOUR, B. Give me a laboratory and I will raise the world. In: **Science observed: perspectives on the social study of science** (editors: Karin D. Knorr-Cetina & Michael Mulkay). SAGE Publications, 1983.

LATOUR, B. Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. **International Journal of Communication**, v.5, p.796-810, 2011.

LATOUR, B. On actor-network theory. A few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, v.47, p.369-381, 1996.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: **The Editorial Board of The Sociological Review**, 1999.

LATOUR, B. Third Source of Uncertainty: Objects too have agency. In: **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory**. Oxford University Press - UK, 2005.

LATOUR, B. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v.30, n.2, p.225-248, 2004.

LAW, J. (1992). Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

LAW, J. (1997a). Topology and the naming of complexity. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

LAW, J. (1997b). Heterogeneities. **Centre for Science Studies**. Lancaster: Lancaster University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. **The Editorial Board of The Sociological Review**, 1999.

LEE, N., HASSARD, J. Organization unbound: Actor-Network Theory, research strategy and institutional flexibility. **Organization**, v.6, n.3, p.391-404, 1999.

MATTOS, P.L.C.L. Teoria Administrativa e pragmática da linguagem: Perspectivas para problemas que afligem as relações entre acadêmicos e consultores, educadores e educandos. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v.7, n.2, p.35-55, Abr./Jun. 2003.

MILLS, A. J.; DUREPOS, G. **ANTI-History**. In: MILLS, A. J.; DUREPOS, G. A. T; WIEBE, E. (Eds.). **Encyclopedia of Case Study Research**, v.1, Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2010. p.26-29.

MURRO, E. V. B., BEUREN, I.M. Redes de atores na perícia contábil judicial: uma análise à luz da Teoria Ator-Rede. **RBN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.18, n.62, p.633-657, Out./Dez. 2016.

OLIVEIRA, S.A., BULGACOV, Y.L.M. Wittgenstein e a Administração: Potencialidades da Pragmática da Linguagem aos Estudos Organizacionais e à Estratégia. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v.17, n.5, p.556-573, Set./Out. 2013.

SERVA, M., ANDION, C. Teoria das Organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v.46, n.2, Abr./Jun. 2006.

TONELLI, D.F. Origens e afiliações epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cad. EBAPE.BR**, v.14, n.2, p.377-390, Abr./Jun. 2016.

TURETA, C. **Práticas organizativas em escolas de samba: o Setor de Harmonia na Produção do Desfile do Vai-Vai**, 2011. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

TURETA, C., ALCADIPANI, R. O *objeto* objeto na análise organizacional: a Teoria Ator-Rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cad. EBAPE.BR**, v.7, n.1, p.50-70, Mar./2009.